

Quando a mata seca

Categories : [Reportagens](#)

Veja a galeria

Foto: Aldem Bourscheit

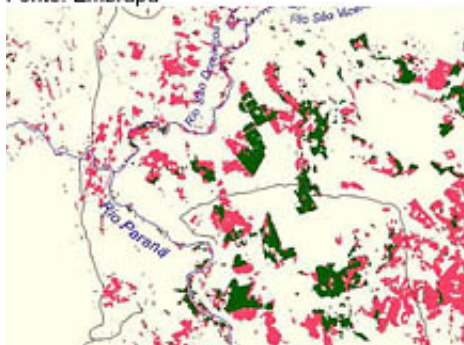


Quem quiser topar com algum pedaço de floresta no Vale do Rio Paranã, no nordeste goiano, deve se apressar. A *Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária* estuda a região há uma década e avisa que lá o desmatamento avança a dois mil hectares por ano. Resta menos de 5% das matas originais de Cerrado, com alto índice de fragmentação. Alheia à necessidade urgente de mais áreas protegidas e da recuperação do verde, a população mais pobre de Goiás sonha com asfalto e empregos à beira de estradas poeirentas. Tudo fundado na chegada da cana-de-açúcar, que avança silenciosa em terras onde reinam imensos rebanhos.

A situação ambiental caótica do vale é ainda mais preocupante pelo extermínio de um tipo de vegetação escassa no País – as florestas decíduais. Essas matas chamadas de secas só crescem em certos pontos do Brasil e perdem quase todas as folhas no Inverno. Estratégia natural para guardar energia e enfrentar a seca e o frio. São encontradas em vários biomas, sempre em pequenas porções ricas em madeiras apreciadas pelo mercado, como aroeiras, perobas, ipês, cerejeiras e cedros.

No País, elas somam menos de 30 mil quilômetros quadrados, área semelhante a de Alagoas. Podem variar nos tipos de animais e de plantas que abrigam, mas não deixam de se despir da folhagem a cada estação gelada e seca. “Essas florestas reúnem enorme quantidade de árvores com valor econômico. Espécies da Mata Atlântica, Amazônia, Cerrado e Caatinga crescem no mesmo espaço. Isso é único, não se encontra em muitos locais no globo”, comenta Anderson Sevilha, do Laboratório de Ecologia e Conservação da Embrapa.

Fonte: Embrapa



Tanta riqueza ao alcance da mão, falta de fiscalização e desrespeito à lei explicam a ruína ecológica regional. Circulando por estradas vicinais tão esburacadas quanto a superfície da Lua e adentrando porteiras de fazendas, o que menos se vê são as matas que a legislação manda preservar. Praticamente todo mundo acabou com o verde que encontrou pela frente (imagem ao lado). Na imensidão de pastos, só pontuam as barrigudas. Elas adoram solos ricos em calcário. Com medo de que tombem sobre os tratores, essas árvores de interior esponjoso são poupadas por fazendeiros e carvoeiros. Parecem gigantescas lápides no capinzal.

Segundo o chefe do escritório do Ibama em Alvorada do Norte (GO), Ubiratã Fonseca Lima, o desmatamento mais intenso aconteceu há décadas, bem antes que estruturas de fiscalização fossem montadas. Hoje, machados, motosserras e tratores de esteira arrastando *correntões* avançam na impunidade. Segundo ele, produtores rurais pedem licenças de desmates para fazer pastagens, mas não colocam gado na área aberta. “Tudo para extrair madeira e carvão”, diz.

Para Lima, a emissão de licenças deveria ser atrelada à apresentação de documentos que comprovassem a posse do gado ou recursos para sua compra, além de se fixarem prazos para desmate e fiscalização em campo. “O georreferenciamento por satélite, em implantação, pode ajudar a controlar esse problema”, comenta.

Reservas legais itinerantes

Fonte: Ibama



O escritório do Ibama em Alvorada do Norte tem um fiscal, mas é responsável por 34 mil

quilômetros quadrados, abrangendo 19 municípios goianos (mapa ao lado). A maioria de suas ações depende de gente e veículos de Brasília e de Goiânia, além da Polícia Federal. A estadual Agência Ambiental de Goiás é presença rara na região.

Outra estratégia usada para devastar são as “reservas legais itinerantes”. Produtores averbam capoeiras (áreas degradadas ou em regeneração) como reservas legais e desmatam a vegetação mais íntegra. Malandragens como essa reduziram o percentual de florestas de 15% para 5%, só nos anos 1990. “Já perdemos pesquisas para o desmatamento”, reclama Sevilha, da Embrapa.

Na primeira quinzena de abril, quase 300 fornos foram destruídos e mais de cem toneladas de carvão ilegal foram apreendidas no Vale do Paranã. Segundo a Polícia, o carregamento seria transportado para siderúrgicas de Minas Gerais. Para burlar a fiscalização, cargas clandestinas são misturadas com carvão regular, extraído em fazendas com licença dos órgãos oficiais. “O carvão ainda é o carro chefe da destruição, seguido por desmatamento, caça e pesca ilegais, além de certa extração clandestina de calcário. Humanamente não existe condição de controlar esse povo”, desabafa Ubiratã Lima.

Fonte: Ibama



Circulando pelo Cerrado, a reportagem de **O Eco** topou com uma fileira de 17 fornos erguidos ao lado de uma estradinha de acesso a fazendas de gado. “Vocês são do Ibama?” foi a primeira pergunta do carvoeiro. Desfeito o “susto”, revelou que a tonelada do produto custa cerca de R\$ 600 na região. Os maiores compradores são siderúrgicas mineiras. “Os preços subiram depois da apreensão”, conta. O trabalhador recebe R\$ 15 para encher e esvaziar cada fornalha, onde a madeira queima por até quatro dias. “Quando entro no forno, fico até tonto com o calor. O bicho mais valente é o Homem”, comentou o carvoeiro, corpo e roupas pretas de fuligem.

Já as nuvens brancas da extração de calcário são avistadas de longe. Quase todo o produto corrige solos ácidos no sudoeste baiano, onde soja e algodão dominam os topos das chapadas. O desmatamento da região pode ser conferido no mapa logo acima, na cor rosa. “Digo, sem medo de errar, que metade das mineradoras da região são ilegais”, afirma o biólogo Anderson Sevilha.

Ocupação histórica

Apesar de registros arqueológicos revelarem traços humanos com até dois mil anos no Vale do Paranã, sua ocupação se tornou mais intensa a partir de meados dos séculos 18 e 19, quando proliferaram garimpos de ouro e diamante. Eles semearam povoados outrora muito ricos, como o município de Nova Roma. Com isso, mais gado era necessário para alimentar a população crescente.

Com a chegada dos primeiros pecuaristas, descendentes de escravos fugidos da Bahia foram expulsos para regiões remotas e montanhosas do norte e nordeste goianos. Surgiam os [Kalungas](#). Entre os anos 1960 e 1970, começa a corrida pela aroeira. Milhões de árvores foram transformadas em postes que levaram eletricidade a regiões do Sudeste e Centro-Oeste. A madeira também era usada em cercas.

[Iaciara](#), a quinhentos quilômetros de Goiânia, ficou conhecida como “capital nacional da aroeira”. Dos tempos de glória, pouco restou. Hoje, uma dúzia de paus de aroeira com mais de dois metros, para cercas, custa por volta de R\$ 150. Se a madeira for de braúna ou de ipê-roxo, o preço cai pela metade. “Hoje não existe mais nada de aroeira, acabou tudo. Olhando para trás, acho que não valeu a pena. Foi uma renda fácil, passageira. Trouxe danos maiores para o futuro”, diz o prefeito Adão Ribeiro dos Santos (PMDB).

A ebulição econômica do passado atraiu produtores de várias regiões brasileiras. “Desbravando” o Vale do Paranã, “limparam” grandes áreas para facilitar o passo da boiada. “O gado abriu as portas da região”, diz Sevilha, da Embrapa. Nos anos 1990, chegou o carvão. Como desmatar é caro, fazendeiros ainda entregam florestas a carvoeiros, que devolvem pastos plantados. “É um grande negócio para os pecuaristas da região”, comenta o biólogo.

Em meio a tanta devastação, poucos produtores preservaram parcelas do verde original. Um deles é José Pereira Rezende (84), mineiro de Viçosa que foi bater no Vale do Paranã há mais de 40 anos. Descobriu a riqueza daquelas terras acompanhando parentes e amigos em pescarias. Ajudou a abrir as primeiras estradas, depois reconhecidas pelo governo. “Se não fosse assim, só tirando boi de helicóptero”, comenta. Seus primeiros rebanhos precisaram de quase 80 dias para percorrer o caminho desde Uberaba, no toque do berrante.

Conhecido na região do povoado de Monte Alto por sua vitalidade e pelas nuvens de poeira que ergue ao dirigir sua picape sempre em boa velocidade, ele explica que preservou boa parte de suas matas por respeito à lei e também porque um dia poderia “precisar da madeira”. “De início serrei árvore que não era brincadeira, mas dava muito trabalho e pouco lucro. Hoje tenho 100 alqueires (quase 500 hectares) de mata como Deus criou”, diz.

Sua aposta e de outros fazendeiros sempre foi na criação de bois. Soja e outras culturas não se dão bem nos solos calcários da região. Eles secam muito rápido depois de cada chuva. Rezende acredita no progresso contínuo do vale, atrelado a melhorias tecnológicas e ao crescimento das capitais e regiões metropolitanas. “A pecuária será forte por muito tempo, mas precisa melhorar

em qualidade. Aqui não há jeito de não progredir, de não povoar mais, o País todo está crescendo. Aqui é a cozinha de Brasília”, diz. [Confira entrevista em vídeo aqui](#)

Horizonte de cana

Historicamente apoiado na boiada, o Vale do Paranã vê agora a chegada da cana-de-açúcar, embalada na euforia nacional por biocombustíveis. Muitos pecuaristas já plantam, para alimentar o gado e também de olho em usinas projetadas para a região. José Rezende cultivou 15 hectares para ajudar na alimentação do gado. Ano que vem, plantará mais. “Cana irrigada por aqui é uma coisa fora de série. A terra é boa, é terra que não acaba, é só não judiar dela”, conta.

Ao menos duas usinas de álcool são anunciadas por lá. Uma será erguida na Fazenda Mata Serena, com cerca de nove mil hectares e 16 mil bois. Ela pertence a Emival Caiado Filho, familiar do deputado ruralista Ronaldo Caiado (DEM/GO). Outro projeto é tocado pelo grupo pernambucano Farias, [que tem várias usinas pelo Brasil](#), em uma fazenda do ex-deputado Alcino Gonçalves, entre Iaciara e Nova Roma.

Nesses locais há plantios de cana para multiplicação de mudas. Em 2009, as lavouras ganharão milhares de hectares de terras planas e facilmente mecanizáveis. A irrigação usará água dos rios Paranã e São Mateus. O ex-governador Joaquim Roriz (DF) também tem fazendas de gado na região.

“A região está muito abandonada, todo o nordeste do Goiás. Minha expectativa é de que a cana gere empregos. Aqui não temos indústria nenhuma, é só agricultura de subsistência e pecuária de corte. Essa gera renda para quem produz, mas não gera empregos”, avalia o prefeito Adão dos Santos, de Iaciara. Procurados pela reportagem, Emival Caiado e o Grupo Farias não quiseram comentar sobre seus projetos no Vale do Paranã.

Limpando canaviais, os trabalhadores recebem em média R\$ 20 por dia. Pés e mãos desprotegidos. O capixaba Adão Garcia (47) capina lavouras na Fazenda Mata Serena. Antes, cortou árvores no lago da hidrelétrica de Tucuruí, carregou embarcações em Marabá (PA), trabalhou em obras, chácaras e jardins de Brasília. Assim como outros trabalhadores, vê na cana uma possibilidade de futuro melhor. “Acredito que a chegada da cana dará muito serviço, principalmente braçal, muita gente vai ter emprego”, acredita. [Confira pequeno vídeo aqui](#)

Comendo poeira há quase duas décadas anos no balcão de seu bar no povoado Monte Alto, Valdete Monteiro da Silva também projeta dias melhores com os canaviais. “Gerando mais empregos será melhor para todo mundo. E que o governo ponha asfalto para nós ano que vem”, diz.

As estimativas do governo goiano são de que 17 mil empregos diretos sejam gerados pelo setor no estado até o fim de 2001, apesar da mecanização da colheita exigida para novos projetos. A

idéia é eliminar a poluição das queimadas. “A cana emprega mais gente que a soja e o milho. Além disso, os empregos são mais qualificados”, diz o economista Sérgio Duarte de Castro, gerente-executivo de Atração de Investimentos da Secretaria de Indústria e Comércio de Goiás - SIC. Ele integra um grupo articulado pelo governo que, desde dezembro passado, vem pensando em como regular a expansão do setor, tocada majoritariamente pela iniciativa privada.

Goiás tem 19 usinas de álcool e açúcar e por volta de 80 projetadas – 28 em implantação. Até o fim de 2011, estima-se que 55 plantas estejam em atividade. Segundo Castro, outra medida adotada foi definir uma distância mínima entre as novas usinas. “Isso evitará grandes áreas cobertas com monoculturas e maiores impactos nos recursos hídricos”, diz. Até o fim do ano deve ser concluído um zoneamento ecológico-econômico para cana e outras culturas no estado. Também se avalia como será a outorga de água para tantas lavouras e um índice estadual para fornecimento de cana por pequenos e médios produtores.

Municípios como Rio Verde e Mineiros se adiantaram e limitaram os plantios a cinco mil hectares (10%) de suas áreas agricultáveis. Já Pontalina, fixou em pelo menos 70% a colheita de cana mecanizada em suas terras.

Conforme o economista da SIC, dos 34 milhões de hectares de Goiás, 4,2 milhões estão ocupados pela agricultura (201 mil hectares com cana, em 2005), 10,4 milhões com cidades e unidades de conservação e 19,4 milhões de hectares por pastagens, muitas degradadas. Para ele, esses números permitem uma expansão tranquila da cana, apesar de pressões sobre lavouras de soja e de milho em regiões mais ocupadas, como o centro-sul goiano. “O estado tem uma área agricultável ampla. Há espaço para a expansão da cana, inclusive integrada com a produção de grãos e de carne”, avalia.

Conforme o [Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás - Iesa/UFG](#), por volta de 200 mil quilômetros de solos naquele estado (60% de Goiás) são bons para o plantio de cana. São terras férteis, planas, baixas e bem abastecidas de água. Frente a tanta oportunidade, o temor é de que os cultivos empurrem boiadas e outras culturas para novos espaços, levando a mais destruição do Cerrado.

“Em síntese, a expansão parece obedecer à ocorrência de solos com maior aptidão para a cultura, vem se desenvolvendo de maneira espontânea, e relacionada aos principais eixos rodoviários, garantindo a exportação dos produtos, configurando uma espécie de zoneamento induzido. Nessas áreas o potencial de impactos ambientais merece estudos detalhados, sobretudo quando se considera que, dada a sazonalidade de chuvas e temperaturas, os riscos agroclimáticos indicam aumento de pressão sobre os recursos hídricos com o fim de irrigação, sobretudo nos meses de estiagem e os solos respondem em parte significativa pela recarga de níveis freáticos”, aponta o Iesa.

Pesquisas e preservação

Os estudos que a *Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária* realiza há dez anos no Vale do Paranã envolvem ecologia das matas secas, fragmentação e regeneração das florestas, biodiversidade e áreas prioritárias para conservação. Já descobriram que pastos com até 40 anos ainda tem grande poder de recuperação. A vegetação rebrota principalmente de antigos tocos e raízes. Daí a preocupação com a chegada da cana. “O gado é ruim, mas a cana será pior, pois acabará com a capacidade de regeneração das matas. O processo está começando”, alerta Anderson Sevilha, da Embrapa.

Além de ocupar uma pequena parcela do País, as matas secas são desprezadas pela proteção oficial. Dos 30 mil Km² nacionais, menos de 4% está dentro de unidades de conservação e só 0,5% (150 Km²) em áreas de proteção integral. Conforme Sevilha, uma solução é criar urgentemente novos parques e reservas com matas secas, unindo fragmentos de vegetação.

No Vale do Paranã, figura apenas a Floresta Nacional da Mata Seca, com dois mil hectares. Tem como vizinhas fazendas de gado e o assentamento Mata Grande, do Incra. Segundo fontes da região, os assentados caçam e retiram madeira da área protegida federal. Um pouco mais ao norte, o Parque Estadual de Terra Ronca até abriga porções de matas decíduais, mas foi criado para proteger dezenas de cavernas e outras formações de calcário.

Do lado federal, estudos não faltam para se implementar mais reservas no Vale do Paranã, onde há áreas vistas como prioritárias para preservação. No entanto, segundo a Embrapa, o Instituto Chico Mendes de Preservação da Biodiversidade – ICMBio dá preferência a florestas intactas, desprezando áreas que podem se recuperar. “A capacidade de regeneração da mata seca justificaria a proteção de algumas áreas, mesmo sem ‘integridade ambiental’”, diz o biólogo Sevilha.

Segundo ele, Embrapa e Ministério do Meio Ambiente avaliavam a implementação de três reservas ambientais na região, duas no nordeste goiano e uma no sul do Tocantins. O andamento dos processos, no entanto, parece lento. De acordo com Alexandre Cordeiro, coordenador-geral de Reservas Extrativistas do ICMBio, o órgão prioriza questões mais críticas, como a região do Médio Xingu e Alto Tapajós, na Amazônia. “O Vale do Paranã está na lista do ICMBio, mas foram priorizadas regiões onde há maior conflito, ameaças a pessoas e desmatamento”, diz. “Mas diante de situações como a do vale, temos que retomar as atividades na área”, comentou.

Mais ao sul, na região de Flores de Goiás, a não-governamental Funatura – Fundação Pró-Natureza realizou estudos para a criação de uma área que protegesse parte dos [“pantaneais goianos”](#), belas e raras formações com elevado potencial ecoturístico e abrigo de incontáveis espécies animais e vegetais. Não há notícia sobre qualquer movimento governista para criar a reserva. O Incra chegou por lá há mais de dez anos e implementou o [assentamento São Vicente](#). São quase 500 famílias. A Embrapa, tem projetos de rizicultura e também há cultivos de mamão, banana e outras culturas.

Enquanto a urgente proteção e recuperação das matas secas dormita nos escaninhos governistas, federais e estaduais, gado e cana seguem no horizonte do Vale do Paranã, verdadeira fronteira aberta. “Vejo Brasília e o Cerrado como larguezas, horizontes”, diz do alto de sua fazenda o pecuarista José Rezende.

** Para realizar esta reportagem, **O Eco** rodou mais de 400 quilômetros entre Brasília e o interior de São Domingos (GO). Em vários pontos, cruzamos com caminhões carregados de carvão, principalmente com placas de Goiás e de Minas Gerais, desmatamentos e toda sorte de ilegalidades ambientais. Tudo à luz do dia. A reportagem agradece a Nilton Ferreira Barbosa, da Embrapa, por ter indicado as melhores direções no nordeste goiano.*